

A TEORIA ECONÔMICA DIANTE DA ATUAL DINÂMICA FINANCEIRA DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS

Samuel Costa Filho¹

1 . INTRODUÇÃO

Esse é um estudo sobre os principais paradigmas da Teoria Econômica. Especificamente, trata-se de analisar a adequação e contemporaneidade do Paradigma do Equilíbrio, do Paradigma da Dinâmica Contraditória e do Paradigma da Instabilidade, diante da atual dinâmica financeira das economias capitalistas.

Nessa década presenciamos a supremacia de propostas e recomendações liberais. São correntes as afirmações das vantagens do processo de globalização da economia e de seus benefícios ilimitados para toda a economia. Os liberais afirmam que quem ficar à margem desse processo de aceleração capitalista estará condenado ao atraso e à miséria. Os países que se fecharem terão pouco acesso a capital e as novidades tecnológicas, perdendo competitividade e marcando passo. Ressaltam ainda, que as economias nacionais perderam importância relativa para blocos regionais de comércio, com a economia cada vez mais interconectada.

Inicialmente, os defensores da globalização apresentavam o desempenho da economia do México e dos Tigres Asiáticos como exemplos do sucesso das transformações liberais (políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio).

No que diz respeito ao México, este passou por total liberalização e desregulamentação dos seus mercados monetários e financeiros, privatização e liberalização comercial. Todavia, primeiro o México e, depois, a crise asiática veio apresentar qual é o resultado de uma via

¹ Professor Assistente da UFPI, Mestre em economia pelo CAEN e doutorando do IE/UNICAMP.

liberal de desenvolvimento, ou seja, o mercado está apresentando uma verdadeira enxurrada de “falhas dos mercados” (Belluzzo, 1998).

Desse modo, o quadro atual parece revelar uma situação de instabilidade e incerteza. Nos anos 90, assistimos diversos episódios e tensões nas finanças internacionais, de modo que a política de liberalização dos mercados propiciou condições que podem, hoje, até desencadear uma crise econômica de proporções mundiais.

Diferente do apregoado pela ideologia liberal, a desregulamentação e liberalização da economia, a desintermediação bancária e o fim das restrições ao movimento de capital, conduziram os países na via da instabilidade, tensões financeiras e crises periódicas.

Meu objetivo, como mencionado anteriormente, resume-se em analisar o contexto econômico internacional da atualidade e a adequação da teoria econômica na explicação e entendimento dessa fase do capitalismo.

Seguindo esta orientação, dividi o trabalho em três partes. Na primeira, faço uma breve exposição do significado da globalização, procurando mostrar o esquecimento dos efeitos adversos decorrentes da liberalização desenfreada a que foi exposto o capitalismo.

A segunda parte, está dedicada à apresentação dos paradigmas do Equilíbrio utilizado pela ortodoxia, do paradigma da Dinâmica Contraditória empregado por Karl Marx e o paradigma da Instabilidade usado por John Maynard Keynes.

O capítulo final, recupera os principais resultados das partes anteriores e convergem para demonstrar o fato de que a teoria sobre os benefícios da Globalização pela via do mercado, tem pouco ou nenhum respaldo teórico.

2. A DESINTERMEDIAÇÃO BANCÁRIA E A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

O processo de reconstrução das instituições capitalistas do pós-guerra, objetivou construir uma ordem econômica internacional destinada a

propiciar um campo de ação para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social (Belluzzo, 1995). Durante mais de duas décadas, as instituições e a política econômica do Estado do Bem Estar Social objetivaram a manutenção do pleno emprego e a redução das desigualdades sociais provocadas pelos mecanismos de mercado.

Contudo, entre os anos 60 e 80, ocorreu uma tendência de desregulamentação e eliminação das regras que conduziam à proteção e solvência do sistema gestado em Bretton Woods (Goodhart, 1995). Seu declínio e falência veio ressaltar as falhas estruturais nele incorporadas. A evolução e tendências recentes dos sistemas financeiros (moeda de crédito, de capitais e câmbio) atingiram diretamente as condições institucionais e a atuação de seus principais agentes.

Mudança nas condições de concorrência, produtos e serviços são a tônica do passado recente e decorrem do novo cenário macroeconômico pós anos 70, do avanço das novas tecnologias de comunicação e informação, além do processo de globalização dos mercados financeiros e não-financeiros, possibilitado pelas políticas de liberalização e desregulamentação financeira.

O processo de desintermediação financeira levou as instituições bancárias a buscarem novas estratégias de sobrevivência, enquanto os fundos mútuos, companhias de seguros, fundos de pensões e companhias financeiras e não financeiras elevaram sua participação no mercado. Foram criados novos produtos e serviços financeiros, oferecendo maior rentabilidade aos aplicadores em ativos², avançou a formação de conglomerados e a intermediação financeira.

Nos anos 80 e 90, os investidores institucionais têm condicionado as tendências do mercado internacional de capital e, em decorrência de suas estratégias globais de crescimento dos portfólios pela compra e posse de ativos pelos fundos de pensões e seguradoras; como também pela arbitragem e por meio de ganhos de capital pelos fundos mútuos e fundos de hedge. Esses agentes alteram a preferência pelo tipo de ativo (associando segurança e liquidez nos seus portfólios),

2 A transformação das poupanças em crédito cedeu lugar às finanças diretas, mobilizada através dos mercados de ativos.

impulsionando o processo de integração do mercado de capital internacional (uma ligação crescente entre os mercados acionário com o fluxo internacional de capitais).

A globalização financeira é, então, uma decorrência do crescimento dos investimentos no portfólio dos agentes, dando origem e acesso a mercados organizados de inversão internacionalizados (bolsas de valores e futuros). Assistimos, também, o aprofundamento da integração dos mercados financeiros e de capitais nas transações entre residentes de vários países.

Tal processo permite o acesso dos investidores a uma gama de instrumentos negociados nas diversas economias (monitorando-se os riscos), eleva as oportunidades de gestão da riqueza, e aumenta as oportunidades de financiamento das atividades produtivas. Porém, encontramos elementos de natureza especulativa conferindo ao sistema um caráter mais instável que propicia os ataques aos mercados de ações e câmbio, nas atividades bancárias e todas as formas de crédito, reduzindo o poder da gestão monetária, bancária e cambial dos bancos centrais. Então, o sistema bancário sofre pressões que podem resultar em quebra e falência, ou até avançar para o conhecido “risco sistêmico³”.

O fim das restrições ao movimento de capital conduziu os países a conviverem, embora de forma diferenciada, com instabilidade cambial, fragilidade financeira, etc. Acontece, que tem havido uma grande manipulação do termo globalização. A idéia principal e melhor divulgada é de independência e harmonia, esquecendo a realidade e seus efeitos excludentes e indesejados que produz ganhadores e perdedores.⁴

O processo de globalização está associado às vertentes financeiras, produtiva-tecnológica e comercial. Na versão financeira apresenta-se na forma de autonomia e mobilidade do capital financeiro pelo mundo a um custo bastante elevado no empréstimo do dinheiro capital, na cha-

3 Risco de instabilidade global que resulta da propagação dos movimentos especulativos nos mercados, quando a interação dos comportamentos individuais, longe de desembocar em ajustamentos corretivos, aprofunda os desequilíbrios.

4 Partes ganhadoras e perdedoras tanto no nível dos indivíduos, grupos sociais, países, quanto das regiões.

mada financierização⁵ da economia. A órbita produtiva-tecnológica está associada aos investimentos diretos no exterior, assim como na concentração produtiva e tecnológica que reforça o poder dos oligopólio⁶. E, por último, a vertente comercial que diz respeito à multiplicação do fluxo de comércio mundial devido à queda generalizada das barreiras alfandegárias, à multiplicação dos acordos bilaterais e à formação de áreas de livre comércio.

A correspondência da globalização com a realidade tornou-se insuficiente devido à sua forte tendência à concentração geográfica, na medida em que as atividades financeiras, tecno-produtivas, comerciais, científicas e culturais concentram-se nos países da chamada Tríade. À concentração geográfica, adiciona-se, a centralização do capital em escala mundial por intermédio do acelerado processo de aquisições e fusões dos capitais. Por último, pode-se acrescentar ainda o aspecto da autonomização do capital financeiro em relação ao capital produtivo bem como as economias nacionais (Amaral Filho & Pereira de Melo, 1997).

Por outro lado, o fenômeno da globalização financeira tem dado margem à heterogeneidade de interpretações. Apresenta como característica mais marcante a aceleração do processo de internalização da produção de serviços financeiros e o acirramento da concorrência nesse mercado a nível internacional.

Segundo Gonçalves (1993), as diferentes interpretações da globalização financeira podem ser rotuladas em visão Liberal, visão da Cooperação Internacional e visão do Estado-Nacional. No ponto de vista liberal, a globalização financeira traz enorme benefícios para os países e para o conjunto da economia. Como o mercado é o "alocador ótimo" dos re-

5 Os investidores preferem cada vez mais investir em títulos em detrimento do investimento produtivo. Consequentemente, a esfera financeira passa a ser o local principal de valorização do capital, nas transações com títulos públicos e privados, nas bolsas de valores e nos mercados futuros.

6 O oligopólio tem consolidado e avançado posições no mercado em que atua com aprofundamento da concentração da produção mundial Também, concentrando investimentos no interior da tríade (composta pelo Estados Unidos da América, Japão e Europa Ocidental) proporcionando a integração de apenas uma pequena parte geográfica de países do globo. E, na área da atividade de pesquisa, realiza 89% dela nos países de origem da empresa (Amaral Filho & Pereira de Melo, 1997).

cursos, os capitais se dirigem para as melhores aplicações possíveis. Dessa maneira, os países e governos “bem comportados” são premiados com a entrada de capital, enquanto os países “mal comportados” são punidos com a fuga de capital.

A visão da Cooperação Internacional envolve um certo “liberalismo qualificado”, pois apesar de aceitar o mercado global como um conjunto de oportunidades percebe a existência de ameaças. Suas duas principais vertentes são a Diplomática e a Financeira. A primeira vertente objetiva ampliar a participação de diferentes países (como o Brasil) em foros internacionais que tratem de questões monetárias e financeiras, visando enfrentar os problemas causados pela globalização. A Segunda defende a idéia de se criar um seguro (financing facility), administrado por um organismo internacional (provavelmente o FMI). Essa linha de crédito funcionaria como um fundo preventivo para evitar que fluxos financeiros internacionais levem a graves crises (Gonçalves, 1993).

A terceira visão, a do Estado-Nacional, afirma que apesar da globalização financeira oferecer boas oportunidades, esse fenômeno também apresenta enormes problemas, que podem ter impacto devastador sobre os países periféricos. Alertam para o fato de que a cooperação na área monetária-financeira dificilmente contemplaria os interesses dos países emergentes (Gonçalves, 1993).

Pelo apresentado, dá para perceber a dificuldade de se compreender tal fenômeno, à sua amplitude e à sua complexidade, como também à manipulação ideológica da noção e do conceito de globalização.

Em virtude das finanças internacionais terem se desenvolvido de acordo com sua própria lógica, e não mais em relação direta com o financiamento dos investimentos e do comércio em nível mundial, começa a se delinear um novo regime de acumulação mundial que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário, subordinado às necessidades do capital-dinheiro (Chesnais, 1995). Assim, a economia mundial, neste fim de século, passou a ser grandemente influenciada pelas relações monetárias e financeiras internacionais, provocando instabilidade e crises periódicas.

O objetivo seguinte consiste em discutir a contemporaneidade dos três principais paradigmas da teoria econômica frente ao quadro explicitado.

3. PRINCIPAIS PARADIGMAS DA TEORIA ECONÔMICA

A . Paradigma do Equilíbrio

A economia clássica de Adam Smith acreditava na ação da “mão invisível” como melhor caminho e guia numa sociedade comandada pelo livre mercado. Todavia, foi somente no último quartel do século XIX que Walras, Manger (na Áustria) e Jevons (na Inglaterra) construíram a armação dentro da qual a economia move-se deste então (Dobb, 1986).

Essa teoria econômica tem fundamentalmente uma lógica da escolha individual e da compatibilização das escolhas num modelo geral, ou seja, no chamado modelo de equilíbrio geral. Modelo, no qual os indivíduos se consubstanciam, ao mesmo tempo, em proprietários de fatores e em consumidores. Dada a dotação inicial de recursos e as preferências, o mercado determina os preços que exprimem a maior eficiência possível desse sistema, e que em cada mercado a demanda é igual a oferta; cada agente tem a possibilidade de comprar e vender exatamente o que tenha projetado; e todas as empresas e todos os consumidores têm a possibilidade de intercambiar precisamente aquelas quantidades de mercadorias que maximizam, respectivamente, seus benefícios e utilidades (Screpanti & Zamagnim 1997).

O conceito de equilíbrio que seguiu à revolução marginalista supunha, freqüentemente, a existência de movimentos tendências dos preços e das quantidades produzidas a longo prazo. À teoria, cumpria a tarefa de descrever os movimentos e as flutuações temporárias de curto prazo, dos preços e das quantidades em torno dos valores de equilíbrio. Desse modo, era propósito da teoria demonstrar que as mudanças de curto prazo, eram apenas desvios, e os preços e as quantidades, sempre, tenderiam para os valores de longo prazo. O equilíbrio, nesse caso, descreveria os valores tendências das variáveis endógenas, e não poderia ser dissociado da noção de estabilidade (Lisboa, 1998,p.).

Em linhas gerais, os economistas ortodoxos afirmam que existe uma capacidade auto-reguladora dos mercados, que tendem a induzir ao equilíbrio as diversas variáveis relevantes a um nível ótimo de pleno emprego (ótimo de Pareto⁷). Caso algum “fator externo” desvie a economia do pleno emprego, as forças de mercado agirão no sentido de proporcionar um novo retorno ao ponto de equilíbrio.

O desenvolvimento da teoria de equilíbrio parcial marshalliano, que tentou superar o aspecto estático e a falta de realismo na análise marginalista, serviu como ponto de partida para a teoria encontrada nos atuais manuais de microeconomia.

Alfred Marshall produziu um sistema teórico alternativo ao modelo de equilíbrio geral no interior do paradigma neoclássico. Embora, consciente da existência de numerosos vínculos de interdependência entre todos os mercados, Marshall troca a elegância formal e privilegia o realismo e a capacidade explicativa da teoria, na construção do método de análise do equilíbrio parcial.

Um resumo da concepção marshalliana de determinação do preço num mercado de concorrência perfeita, é formado pelos seguintes pontos: a) oferta e procura determinam simultaneamente produção e preços, configurando uma situação de equilíbrio estável do mercado/indústria, isto é, condição na qual os agentes econômicos não têm motivos para alterar sua posição; b) os fatores de produção podem ser combinados em diferentes proporções (princípio de substituição) e no limite substituíveis em doses infinitesimais; c) uma firma constitui uma unidade de produção que toma decisões autônomas que se reduzem a preços, produção e combinação eficientes de fatores, e visam maximizar o lucro, configurando o equilíbrio da firma; d) pode-se subdividir o equilíbrio da firma e da indústria em curto prazo - quando alguns fatores são fixos (basicamente capacidade de produção) - e, longo prazo - quando todos os fatores são variáveis, e a capacidade produtiva da firma e da indústria pode se alterar através do investimento e da entrada e saída de firmas na indústria, auferindo cada firma neste último caso o lucro normal; e) considera-se um mercado competitivo quando há grande número de firmas vendendo um produto homogêneo, com

⁷ O ponto que um indivíduo não pode melhorar sua situação sem reduzir o bem estar de outra pessoa.

informações plenas e livre mobilidade de fatores; e, f) admite-se a vigência da lei dos rendimentos físicos marginais decrescentes a curto prazo configurando uma curva em forma de U, e o mesmo se aplica a longo prazo, em face da existência de economia e deseconomias de escala (Possas, 1985).

Essa abordagem teórica foi revista e aperfeiçoada ao longo do tempo, e passou a predominar nos livros de microeconomia, hoje, estudados nas Universidades do Ocidente. Por meio dessa abordagem do equilíbrio, é realizada a defesa da racionalidade e sabedoria do mercado.

A corrente hegemônica, atualmente, supõe a teoria das expectativas racionais, na qual os agentes econômicos conhecem perfeitamente o impacto de qualquer política monetária ou fiscal por parte do governo. São chamados de “macroeconomistas novos clássicos” porque suas suposições fundamentais originam-se da economia clássica. Eles admitem que os vários agentes econômicos otimizam e que os mercados se ajustam automática, instantânea e continuamente (Villarreal, 1989).

A teoria novo-clássica leva às últimas conseqüências a idéia de que: i) os agentes otimizam, se são racionais, ou seja, trabalham com o conceito de expectativas racionais⁸; e, ii) supõe a hipótese de “markets-clear”, para o qual os mercados se equilibram via preços com as demandas se igualando às ofertas pela concorrência. Assim sendo, o segundo postulado novo-clássico que utiliza o suposto de markets-clear, significa que a economia tende a se movimentar numa situação em que as demandas se igualam às ofertas, situação esta conhecida por equilíbrio geral (Barbosa, 1992).

Na teoria do equilíbrio geral, também estudada por Arrow & Debreu, temos que *“todos os bens – distinguidos segundo suas qualidades físicas, seus lugares e datas de disponibilidade, e segundo os ‘estados do mundo’- têm um preço. Portanto, uma economia “Arrow-Debreu” ignora a incerteza no sentido de um futuro imprevisível (antecipações).*

8 Os agentes fazem o melhor uso possível das informações e qualquer política econômica prevista não tem efeito algum sobre o produto real. Assim, os agentes econômicos não são surpreendidos pela ação da política do governo.

Nesta economia, todos os mercados intertemporais e contingentes existem"(Rosinger, 1992:114/115).

O conceito de equilíbrio da oferta e demanda para todos os mercados, supondo que as expectativas dos agentes estão corretas e são sempre satisfeitas recebeu a denominação de equilíbrio com expectativas racionais. Essa definição de equilíbrio com expectativas racionais está na base da maioria dos resultados obtidos pela teoria neoclássica e, ao mesmo tempo, é o conceito mais criticado pelos próprios autores neoclássicos (Lisboa, 1998).⁹

Os economistas ortodoxos adotam, ainda, um conceito de moeda exógeno, que não surge da necessidade específica e/ou elemento essencial das economias monetárias capitalistas. Estes economistas, adotam uma postura de não verificar diferenças essenciais entre economias de troca direta e economias monetárias. Como ortodoxos, tendem a tratar a moeda como um bem ou um ativo como outro qualquer e a destituí-la de qualquer poder de interferência sobre o produto real no longo prazo (Amado, 1992).

A atual dinâmica financeira das economias capitalistas contradiz a abordagem das escolas clássica, monetarista, e novos-clássicos, segundo a qual a moeda é neutra (dicotomia entre esfera real e a monetária da economia), e exógena (não se vincula às necessidades intrínsecas desse sistema).

A teoria econômica do mainstream não reserva espaço para o estudo do desequilíbrio e da especulação. Seus adeptos dedicam-se ao estudo de posições de equilíbrio. Seus economistas constroem e trabalham com modelos em que o processo e resultado do ajustamento final conduzem supostamente a um equilíbrio.

⁹ Lisboa (1998^A e 1998bB) apresenta alterações na noção de equilíbrio com o objetivo de refutar todas as críticas da heterodoxia. Segundo o citado autor, "nos modelos neoclássicos recentes a solução do modelo é uma trajetória que descreve o comportamento do vetor de preços e quantidades ao longo do tempo. Caso exista incerteza, a solução do modelo é o conjunto das trajetórias possíveis"(1998, A:34). Assim, ainda segundo Lisboa, a crítica heterodoxa usualmente se dirige a um conceito de equilíbrio geral que não é o utilizado pela tradição neoclássica recente(1998,b:31).

Ao longo do tempo, constatamos que os economistas ortodoxos centram cada vez mais a sua atenção na consistência lógica da sua teoria, fechada em si mesma e afastada da realidade. Priorizaram critério de simplicidade da realidade, elegância e generalidade, substituindo o mundo real por um mundo ideal. O perigo das teorias baseadas em hipóteses irreais, contudo, não é o fato de serem formuladas, mas de serem aplicadas, ajustando a realidade às medidas da própria teoria (Ramos, 1993).

Apesar da validade teórica de suas deduções é cada vez mais evidente a irrelevância para o mundo real, das proposições dos economistas ortodoxos. Suas teorias têm fraca possibilidade de descrição, explicação e previsão dos problemas complexos de uma economia monetária moderna.

A crítica da falta de realismo, contudo, não é o aspecto fundamental. O nível de abstração e a falta de realismo são propositais¹⁰. O modelo de equilíbrio geral é uma tentativa de demonstrar que esse modelo, enquanto unidade abstrata, é possível de existir. O realismo do modelo é irrelevante.

É necessário que a visão da sociedade capitalista seja essa, porque senão, introduzem-se questões que são corrosivas para a sobrevivência ideológica do sistema, ou seja, joga-se o debate econômico de volta para as questões das relações de forças, de política, etc. No entanto, não podemos desejar que a corrente hegemônica da economia abandone seu projeto originário, que se constituiu na produção de ilusão, uma vez que a mesma consiste na visão dominante; na retórica do convencimento.

Como bem tem demonstrado os diversos exemplos da história econômica, os compromissos de pagamento em moeda e o mercado livre podem transformar resultados desfavoráveis em resultados ainda piores. Assim, diferente do que prega a ortodoxia, os mercados podem não ser eficientes.

10 "A teoria do Equilíbrio Geral (TEG), enquanto modelo de referência e núcleo duro da teoria neoclássica, é o ponto de partida teórico para a compreensão da atualização, pelo programa neoclássico de um velho e caro projeto ortodoxo: *demonstrar a superioridade do mercado como elemento regulador da economia e constituinte da ordem*" (Ganem, 1996:105).

É freqüente a inadequação entre teoria e prática, previsão e resultados, no contexto da teoria do mainstream. No mundo das finanças globalizadas sua teoria se vê impotente diante da realidade. Diante dessa realidade de crise dos mercados financeiros, seus adeptos sempre encontram justificativas para a fragilidade de suas premissas. Assim, *“os analistas mais badalados da finança globalizada parecem espantados com o caráter privado da crise. É possível, no entanto, adivinhar o que passa nas cabeças como a do secretário Rubin¹¹: os mercados privados são “eficientes” e, portanto, os agentes usam de forma adequada a informação disponível e decidem racionalmente. Sendo assim, os episódios de descontrole financeiro deste porte só podem ser explicados por desmandos dos governos”* (Belluzzo, 1997:9).

B. O Paradigma da Dinâmica Contraditória

O problema que Karl Marx se propôs a discutir, foi justamente buscar a anatomia da sociedade burguesa. Assim sendo, a economia política de Marx, baseada no materialismo histórico, expressa relações sociais de produção entre as pessoas no processo de produção. Relações sociais de produção, que numa sociedade mercantil, se dão por intermédio de coisas. Marx percebe as relações humanas por trás das relações entre coisas e revela a ilusão característica da sociedade mercantil onde, na realidade, as relações sociais entre as pessoas no processo de produção se apresenta como relação entre as coisas (coisificação).

O homem que, em qualquer época e sociedade, produziu através do trabalho a sua própria subsistência, é, na sociedade mercantil, produtor de coisas que adquirem a denominação de mercadorias. Essas mercadorias são bens e serviços que não se destinam ao uso pessoal do produtor, mas sim ao mercado. Por se destinar ao mercado, esses produtos diferentes são reduzidos a uma coisa comum que evidencia o valor das mercadorias.

¹¹ Secretário do Tesouro dos Estados Unidos Robert Rubin.

Por intermédio da troca, ocorre uma vinculação de todos os produtores de mercadoria e a igualação das mercadorias no mercado. Assim, surge a forma "valor" como uma categoria fundamental da economia mercantil capitalista, enquanto modo de produção historicamente determinado.

No estudo da lei do valor, Karl Marx, desvenda as relações sociais de produção da sociedade mercantil capitalista. Diferente dos economistas que explicavam o funcionamento da economia e da lei do valor sob a idéia de ordem natural, é o valor em Marx, o fundamento de expressão de uma sociedade em que o homem só existe enquanto produtor de mercadorias.

No sistema mercantil simples (produtores independentes, proprietários dos meios de produção e proprietários dos produtos produzidos para a troca) a produção de mercadoria é um processo de criação de valor (produção de mercadoria por mercadoria). Neste sistema, a lei do valor como reguladora das trocas, atua de tal maneira que o valor trabalho é = ao valor do produto do trabalho. Desse modo, os dois pólos da circulação apresentam a mesma magnitude de valor com troca de mercadoria intermediada por dinheiro (M - D - M).

Em virtude do sistema mercantil simples ser uma sociedade que tem como objetivo o consumo de mercadorias, o dinheiro atua somente para relacionar uma mercadoria com outra qualquer mercadoria, ou seja, é o dinheiro a expressão da sociabilidade de uma sociedade de produtores independentes.

O circuito M - D - M em que o objetivo final consiste no consumo de valores de uso sofre uma transmutação, quando o dinheiro se transforma em expressão máxima da riqueza e em capital. Passamos para o domínio do circuito D - M - D', no qual o ponto de partida, o ponto final e o motivo que o impulsiona é o dinheiro capital. Circulação do dinheiro na função e em função do capital, quer dizer em função do valor que se valoriza. O dinheiro reflui ao seu ponto de partida e aqui não é um mediador, mas um fim em si mesmo (o fim é o próprio valor de troca ou o próprio valor em geral). Por isso, alguns autores falam da

“absolutização do valor”, sendo que o valor se absolutiza no processo, ou melhor, o mesmo se converte em agente no processo.

O possuidor de dinheiro para transformá-lo em capital encontra o trabalhador livre no mercado de mercadorias. Em virtude da riqueza estar amparada e monopolizada pelos possuidores do dinheiro, os demais membros da sociedade são forçados a vender sua força de trabalho como mercadoria. Os possuidores de dinheiro adquirem diferentes mercadorias (matérias primas, força de trabalho, etc.), com o objetivo de valorizar o montante originalmente antecipado. Este movimento transforma-os em capitalistas e seus recursos em capital.

O sistema mercantil passa a ser regido pela lógica D - M - D' de valorização de capital mediado pela mercadoria (meios de valorização). A circulação D - M - D' determina uma dinâmica no interior do sistema que evidencia um movimento incessante regido pela lógica da acumulação de capital e reprodução ampliada do sistema, independente da vontade específica de qualquer capitalista.

Sua formação é um processo histórico que se iniciou pela cooperação, e prosseguiu na manufatura. Todavia, foi somente na indústria moderna, com a maquinaria, que o capitalista se impôs ao trabalhador e o capital se autonomizou. No início, as bases técnicas e/ou o ritmo de trabalho ainda estavam sob determinado controle da força de trabalho, mas a maquinaria e o capital impõem ao trabalhador o seu ritmo próprio de produção. As formas de produção da humanidade sofreram transformações gigantescas e se ajustaram às forças tipicamente capitalistas.

Com esta mudança, o capital estava posto sobre os seus próprios pés e a acumulação de capital passou a ser a variável independente do sistema, ou seja, as forças produtivas tipicamente capitalistas asseguraram a reprodução do capital (mais valia relativa, sem obstar dispensar e descartar a mais valia absoluta). Fundadas as bases técnicas apropriadas ao capital (passagem da manufatura para a grande indústria), o mesmo se encontrou, então, em plenas condições de se expandir e acumular conforme sua própria lógica, que se alicerça na extorção do tempo de trabalho excedente.

Com o circuito $D - M - D' - M' - D''$ acumular por acumular passa a ser a máxima do sistema. A circulação do dinheiro como capital tem como finalidade a valorização do valor. Mercadoria e dinheiro são modalidades de existência do próprio valor (realizado e não realizado). O movimento incessante do capital não incorpora a idéia de equilíbrio, numa dinâmica que tem como tendência o progresso das forças produtivas e a acumulação de capital (do valor que se valoriza). A acumulação de capital e reprodução ampliada, passam a comandar e promover a divisão social e técnica do trabalho na produção de mercadorias.

Diferente do sistema mercantil simples, onde o processo produtivo de mercadorias é um processo de criação de valor (produção de mercadoria por mercadoria), o sistema mercantil capitalista $D - M - D'$ se insere na lógica do produção pelo capital no processo de valorização. É, portanto, quando existe essa relação e a transformação do dinheiro em capital, que o valor se converte em valor progressivo, dinheiro progressivo ou que é o mesmo, em capital. É como tal que o valor se ergue como sujeito do processo desse tipo de sociedade (sociedade mercantil capitalista).

Em virtude de cada mercadoria representar diante das demais um valor de troca, a mercadoria só pode exprimir o seu valor em uma outra mercadoria particular. Assim, torna-se necessário o surgimento da mercadoria dinheiro (mercadoria e conversível). O dinheiro é o elemento que surge para relacionar uma mercadoria com outra qualquer. Só mostrando como o valor necessariamente se expressa como valor de troca, é possível compreender como ele é expresso em somas de dinheiro, como a forma valor implica a forma dinheiro. Dessa maneira, a teoria do valor de Marx é simultaneamente, a sua teoria do dinheiro. A forma dinheiro do valor completa a separação entre a expressão do valor de uma mercadoria e a própria mercadoria.

O dinheiro, inicialmente expressão da sociabilidade de uma sociedade de produtores independentes, conduzirá a forma preço e explicitará o caráter monetário para a sociedade mercantil constituída. O dinheiro passa a ser mercadoria geral, forma de valor desenvolvida e representante geral de riqueza. O sistema mercantil fica regido pela lógica $D - M - D'$, onde o dinheiro opera como riqueza e capital.

O valor de uma mercadoria não tem expressão, exceto como valor de troca, e o valor de troca só se expressa em termos de dinheiro. O valor não é nunca expresso em termos de sua substância, trabalho abstrato, nem em termos de sua medida, o tempo de trabalho socialmente necessário. A única forma sob a qual o valor aparece, e a única forma sob a qual pode aparecer, é em termos da mercadoria dinheiro e de medida quantitativa.

O capital como valor que se valoriza é deveras impulsionado e estimulado pelo sistema de crédito. O capital só será plenamente capital com o capital a juros. É no capital a juros que o capital se realiza como mercadoria plena, não só nas suas bases tecnoprodutivas, mas na sua expressão financeira e, neste momento, estará negando a sua própria origem criadora de valor que é o trabalho abstrato. Quando o capital se move na absolutização do valor ($D - D'$), como ele faz na acumulação financeira fictícia, ele provoca as crises que são próprias do capitalismo.

O sistema de crédito potencializa os investimentos e produz uma ampliação da renda, alavancando os investimentos com recursos independentes do montante de recursos pertencentes ao próprio ativo das empresas. Esse processo, vem desembocar na abertura e desenvolvimento do capital fictício, que tanto tem ocorrido na atual fase do capitalismo.

Porém, toda a lógica do movimento do capital envolve uma contradição em processo (Mazzucchelli, 1985). O funcionamento da economia capitalista apresenta uma tendência de movimento contraditório, expresso pelo caráter cíclico da acumulação. A expansão, ao tornar atraente a valorização, estimula o crescimento da capacidade produtiva e ao movimento de reinversão dos lucros em capital. O caráter acumulativo e progressivo desse capital, produz capacidade ociosa não-planejada. Instala-se a crise, que vai provocar declínio na taxa de acumulação, a desvalorização e a destruição de parte da capacidade produtiva, para recriar as condições necessárias a um novo ciclo de valorização. Dito de outra forma, a lógica do investimento acelera a acumulação que leva à crise, e assim, recria as condições para um novo processo de acumulação.

Desse modo, o capitalismo é estruturalmente instável. Vivendo tanto das crises como de expansões, não consegue assegurar o pleno emprego da força de trabalho, e nem a utilização de toda capacidade produtiva. Flutua ao longo do tempo e provoca desequilíbrios. O Estado procura solucionar esses problemas do capitalismo, com a questão da dívida pública sancionando a riqueza produtiva e financeira privada, transformando a meta do orçamento público equilibrado, hoje em dia, uma mera obra de ficção em consequência dos enormes custos financeiros.

Chesnais (1996:246) observa que *“o autor que, a partir dos fatos observados na década de 1860-1870, mais claramente percebeu a capacidade do capital monetário de viver às custas da esfera da criação de riqueza, foi Marx. Ele constata a formação de “uma massa organizada e concentrada de capital dinheiro que, ao contrário da produção real, está colocada sob controle dos banqueiros (livro III, capítulo XXV). Essa massa permite que esse capital deixe de ser simples elo da valorização do capital na produção industrial, para se constituir em força independente e ninho de acumulação de lucros financeiros. A referência aos bancos é conjuntural. No começo do século XX, Hilferding pôde ampliar essa problemática no sentido de uma interpenetração entre o capital bancário e o capital industrial, da qual uma das formas contemporâneas são os grandes grupos. Atualmente, os maiores ninhos de acumulação de lucros financeiros são os grandes fundos (fundos de pensão e fundos mútuos)”*.

O fenômeno contemporâneo D - D' de valorização do capital sem passar pelo circuito produtivo, ou seja, dinheiro gerando mais dinheiro, em um valor que se valoriza a si próprio, sem utilizar instrumentos de produção e comercialização de produtos, atingiu seu nível mais elevado na atualidade por intermédio da globalização financeira.

As evidências históricas da contemporaneidade da teoria econômica de Marx podem ser explicitadas de diversas maneiras. Convém citar dois pontos fundamentais: 1) a sua lei geral da acumulação capitalista continua mais presente do que nunca, e assim explica a questão do crescente desemprego (a acumulação de capital torna crescentemente desnecessário o emprego da força de trabalho no capitalismo atual) ;

e, 2) a crescente criação de capital e de riqueza fictícia em escala mundial, ou seja, fenômeno classificado como “globalização financeira”.

Como podemos perceber, as recentes transformações na dinâmica financeira dos mercados capitalistas, ainda que um fenômeno contemporâneo, podem encontrar explicações em aspectos discutidos por Marx. Assim, o mecanismo de transferência de riqueza para esfera financeira e a elevação da quantidade e serviços da dívida pública torna o Estado parte da crise e não mais sua solução¹². Essa dinâmica financeira encontra-se identificada no paradigma da dinâmica contraditória de Marx.

Porém, “a leitura de Marx, como de outros grandes autores não deve se transformar em academicismo e fundamentalismo. O que importa é apreender o modo de pensar, mover-se historicamente, repensar as categorias no tempo e no espaço, e então fazer as perguntas relevantes sobre o capitalismo contemporâneo e encaminhar soluções” (Braga, 1986:6).

C . O Paradigma da Instabilidade

A maneira com que John. M. Keynes pensava o funcionamento da economia capitalista, era oposto ao pensamento ortodoxo baseado na teoria do equilíbrio geral. Em manuscrito descoberto tardiamente e que faz parte do volume XXIX de suas obras completas, Keynes faz distinção entre uma economia cooperativa, uma economia neutra e uma economia empresarial.

Para Keynes, uma economia cooperativa correspondia exatamente aos postulados defendidos pelos economistas clássicos. Nessa economia cada um dos fatores recebe de acordo com a sua produtividade, e as curvas de oferta e demanda irão determinar o preço, quantidade e o

¹² O Estado intervém na fase de baixa da atividade econômica, mas não elimina a possibilidade de crise do capitalismo. E o que é ainda pior, a dívida pública e o déficit público passaram a se constituir partes dessa crise em virtude dos elevados custos financeiros.

ponto de equilíbrio. Como existem “n” mercados em equilíbrio, teríamos a representação de um modelo de equilíbrio geral.

Keynes acreditava que essa economia só existiria se houvesse uma distribuição centralizada dos recursos que faria a reconciliação dos planos. Nessa estrutura econômica, o que interessa é maximizar o produto material, não existindo problemas de demanda efetiva.

A economia neutra seria, segundo Keynes, um sistema onde o dinheiro é neutro, ou seja, onde o dinheiro não desempenha uma função própria. Seria uma economia com moeda que funciona como se fosse uma economia cooperativa.

Todavia, Keynes tinha clara percepção do tipo de sociedade do seu tempo. Essa economia era denominada por ele de economia empresarial. Ele caracterizava esta sociedade, dividida em dois grupos: uns que possuíam a propriedade da produção e o comando sobre o dinheiro, sobre a finança ou sobre o crédito; e outros que possuíam a força de trabalho. Assim, uns venderiam a sua força de trabalho, e outros iriam colocá-la em operação mediante a contratação do crédito, ou na busca da utilização de recursos próprios.

Nessa economia, os capitalistas detêm não somente os meios de produção, mas também, são os que têm acesso aos meios capazes de mobilizá-los. Assim, o primeiro problema da produção capitalista, é o desejo de adquirir e usar os meios de produção e alugar a força de trabalho com objetivo de obter um lucro no futuro. E, para isso, é necessário que os capitalistas tenham acesso aos meios de financiamento.

Então, a questão do comando sobre os meios financeiros é decisiva na economia empresarial. Diferente dos economistas neoclássicos, para Keynes o problema central era quem detinha o comando sobre a liquidez. Nessa economia, a produção tanto no começo do processo quanto no fim, tem de ser medido em termos monetários. E, ao contrário do que dizia a lei de Say, segundo o qual a oferta cria a sua própria demanda, para Keynes é o gasto que cria a renda.

Dentre os gastos, o elemento fundamental seria o gasto capitalista, em virtude de somente o mesmo poder gastar acima de sua renda corrente. O gasto capitalista feito de acordo com as perspectivas de obtenção de um rendimento monetário maior do que o custo incorrido no processo.

Acontece que essa decisão é obrigatoriamente tomada em um ambiente de incerteza. Cada capitalista, individualmente, pode gastar abaixo ou acima daquilo necessário à utilização da capacidade produtiva e da utilização da força de trabalho. A inexistência de um órgão capaz de tomar as decisões pelos capitalistas, faz com que possam existir divergências entre o que o capitalista previa e o que realmente acontece no mercado.

Cada capitalista é obrigado a tomar decisões em condições de incerteza absoluta, imaginando o que os outros irão fazer. Desse modo, vai se formando um estado de convenções em determinado momento, a respeito do andamento dos negócios e da economia. É esse fundamento tão frágil, que permite à economia empresarial funcionar.

Na economia capitalista, em que o dinheiro desempenha o papel de riqueza geral, há um risco com probabilidade altíssima de que a demanda por ativos já existentes não se efetive. Pois, certos ativos demandados, dentre os quais o mais importante é o dinheiro, não cria emprego e nem eleva a capacidade produtiva.

Assim, diferentemente de uma economia cooperativa, a economia empresarial usa o dinheiro como reserva de valor. A produção tem que iniciar com dinheiro para o empresário obter mais dinheiro, mas há o risco de que a demanda por riqueza não seja compatível com a demanda pela produção, ou seja, é possível ter enriquecimento com um valor do produto que seja menor que o máximo desejado.

A preocupação de John Maynard Keynes em divulgar e tornar suas idéias compreensíveis ao pensamento econômico dominante da época, forçou-o a tentar traduzir o que tinha colocado nos textos e escritos não publicados na perspectiva do pensamento ortodoxo. Foi então que ele, em 1936, escreveu o livro "A Teoria Geral do Emprego, do Juro

e da Moeda”, dando margem à utilização de sua contribuição pela ortodoxia.

Foi nessa obra que Keynes apontou os dois principais defeitos do sistema capitalista, no qual a economia estava envolvida por volta de meados dos anos 30: a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas (Keynes, 1992:284).

O sistema capitalista é para Keynes, uma economia monetária de produção que tem nas expectativas dos agentes econômicos, elementos determinantes do comportamento do investimento, produto e emprego. Separando as expectativas em curto prazo (que dizem respeito à produção) e longo prazo (ligadas às decisões de investimento), observa-se que as expectativas de curto prazo apresentam, na maior parte, um comportamento que confunde e entrelaça resultado esperado e realizado, enquanto que as expectativas de longo prazo, estão apoiadas em bases extremamente precárias e limitadas de conhecimento sobre o futuro.

O estado de confiança e o método de convenção são elementos que os agentes utilizam para tomar suas decisões de constituição de portfólio e/ou investimento. Apesar desse fato, existe uma grande probabilidade de que as expectativas de longo prazo venham a ser frustradas, dada a complexidade de fatores que determinam a rentabilidade do investimento durante sua vida econômica.

Destarte, os detentores de recursos, ao realizarem a constituição de seu portfólio e/ou investimento, tentam se precaver com segurança contra eventos imprevistos que provoquem perdas de capital. Nessa linha, Keynes explicita o que denomina preferência pela liquidez dos ativos (preferência por meios de pagamentos mais líquidos), como atributo levado em consideração nas decisões de aplicação de capital. Por esta forma, o capitalista decide a composição desejada de seu portfólio, ordenando segundo sua rentabilidade esperada para maximizar o seu ganho, e/ou reduzir ao máximo futuros prejuízos imprevistos.

O desenvolvimento de mercados financeiros organizados e a bolsa de valores, apareceram para facilitar e/ou dinamizar o investimento produ-

tivo, porém, a existência desses mercados tem apresentado sobre o investimento e a estabilidade do sistema econômico, um comportamento ambíguo.

A consequência do comportamento e da atuação da bolsa de valores para o investimento e para a estabilidade do sistema econômico, aparece de maneira ambígua, pois se, por um lado incentiva o investimento e a economia como *locus* de alavancagem da acumulação de capital para as empresas (conduz os novos investimentos pelos canais mais produtivos em termos de rendimentos futuros), a mesma bolsa de valores pode, por outro lado, funcionar com uma expectativa de ganhos de capital na aquisição dos títulos ou levar à especulação desenfreada.

Segundo Keynes, a política monetária afeta o nível de atividade econômica e não é neutra, como afirmavam os economistas clássicos. Mas, embora estejamos tratando de uma economia monetária de produção capitalista, a atuação de certos mecanismos monetários não é automática: *“Contudo, se nos vemos tentados a considerar a moeda como a bebida que estimula a atividade do sistema, não nos esqueçamos que podem surgir muitos percalços entre a taça e os lábios”* (1982, p. 141).

Os pós keynesianos estão em busca de uma explicação mais adequada para nova realidade do sistema capitalista. O pensamento pós-keynesiano, que tem como ponto central o papel da moeda e do financiamento nas economias capitalistas modernas, tentaram resgatando o conceito de economia monetária de produção de Keynes. Entre seus autores destacam-se Victoria Chick, Jan Kregel, Paul Davidson e Hyman Minsky.

Hyman Minsky é, sem dúvida, um dos autores pós-keynesianos mais expressivos. Procurando resgatar as características básicas do pensamento de Keynes a respeito do funcionamento das economias capitalistas, introduz na análise da instabilidade do capitalismo, as transformações institucionais decorrentes do desenvolvimento das relações financeiras (Caporele Madi, 1993).

Minsky procurou desenvolver aspectos da instabilidade e do financiamento das economias capitalista, e que também nos ajuda a entender

o caráter especulativo do mundo atual. A hipótese da “instabilidade financeira de Minsky diz respeito a uma economia de crédito. Como teoria pura, apresentou um importante avanço na explicação da instabilidade financeira, e seu impacto no ciclo de investimento produtivo.

Diferente da crença ortodoxa, que afirma que os mercados são perfeitos e tendem para posições ótimas de equilíbrio, Minsky aponta as deficiências endógenas e a instabilidade. Sua teoria é um excelente ataque à dicotomia clássica do mainstream entre o setor real e monetário, ressaltando os elementos negativos da circulação financeira. Complementa as idéias de Keynes ao focar o financiamento dos investimentos.

No que diz respeito à teoria aplicada e a ação de política econômica, enfatiza a importância da política monetária (acomodatícia na proposta de Minsky) para uma economia capitalista de produção, ressaltando o papel do Banco Central como prestador de última instância.

Embora Minsky não descarte a especulação, ela não é o movimento principal. O crescimento dos preços dos ativos em relação aos preços de produção (que Minsky acredita ser positivo para o processo de acumulação) está, hoje em dia, ligado a ciclos especulativos alavancados por créditos bancários, conduzindo, na maioria das vezes às crises bancárias.

A existência de incerteza, característica do mundo capitalista, atualmente, torna crucial o processo de formação de expectativas pelos empresários no que diz respeito ao comportamento dos negócios (decisão de investimento, investimento efetivo e os retornos futuros). As características de uma economia monetária da produção, dizem respeito e aproxima a teoria de Keynes da realidade apresentada por uma economia capitalista.

4. CONCLUSÕES PRELIMINARES

A ascensão das finanças especulativas na economia capitalista contemporânea é cada vez mais crescente. Impulsionadas pelas violentas

transformações tecnológicas e financeiras ocorridas recentemente, permitiram uma interconexão de lugar e tempo das principais praças financeiras.

A complexidade inerente a uma economia capitalista invalida a proposição mainstream segundo a qual, o funcionamento do mercado (com cada agente guiado exclusivamente pelo próprio interesse) leva a economia a alguma posição ótima. Além do que, o funcionamento dos mercados financeiros desmentem amplamente as hipóteses (homogeneidade dos comportamentos, equilíbrio geral e expectativas) que fundamentam suas abordagens teóricas.

O paradigma do Equilíbrio realiza a defesa de uma ordem equilibrada, estável e ótima, através do poder coordenador e soberano do mercado, ou seja, pretende demonstrar a superioridade do mercado para a sociedade. Todavia, o mercado não é necessariamente uma instância autorreguladora e, por isso, o equilíbrio não deve ser a noção central da teoria econômica.

Analisando o paradigma da dinâmica contraditória, constatamos que, a crítica do capitalismo realizada por Karl Marx, permanece atual neste final de século XX. Todavia, a ideologia conservadora e a teoria econômica vulgar querem fazer crer que as idéias de Marx estão mortas. Num ato de ultraje à inteligência teórica apregoam que a desapareição do “socialismo real” e a globalização capitalista são demonstração da superação do pensamento crítico(Braga, 1996).

Sobre a contemporaneidade da teoria de Marx, o “regius professor”¹³ de história da Universidade de Cambridge, o britânico Quentin Skinner (1998:6) que se diz não-marxista, afirma o seguinte: “... *nunca certas previsões do marxismo pareceram mais verdadeiras do que hoje; o que não deixa de ser bastante irônico, se considerarmos que isso se dá no momento em que o marxismo está desacreditado como filosofia social. Marx não estava, obviamente, pensando em escala global, mas o relacionamento do Primeiro Mundo –, com os ricos ficando*

¹³ Regius professor, em história, é uma nomeação feita diretamente pela rainha Elizabeth para essa prestigiosa cátedra, criada no século XVIII pelo rei George II. Representa a coroação da carreira rápida e brilhante que Skinner iniciou, aos 21 anos, na Universidade de Cambridge.

cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres - , exatamente pelos problemas de exploração do capital que apontou, é um desafio cada vez mais sério para o novo milênio”.

Na atualidade, ainda permanece extremamente valiosa a crítica e o diagnóstico do capitalismo realizada pelo marxismo. É verdade que descobrimos que esse é o sistema mais eficiente¹⁴, talvez mesmo o único capaz de garantir prosperidade para um número imenso de pessoas. No entanto, há grandes custos humanos embutidos nessa eficiência. Ele continua a ser um sistema muito injusto, assim como o marxismo continua a ser um valioso instrumento crítico dessas injustiças (Skinner, 1998).

Por fim, o paradigma da instabilidade de Keynes. A teoria de John Maynard Keynes apresenta diversos aspectos relevantes para entendimento da atual dinâmica financeira das economias capitalistas. Dentre eles convém citar a questão da incerteza, a formação das expectativas pelos agentes econômicos, especulação, a preferência pela liquidez (ativos mais líquidos) diante de um futuro incerto e desconhecido, suas inter-relações e o impacto na instabilidade e fragilidade dessas economias.

A obra de Keynes se apresenta atual e serve de guia para a compreensão da especulação e da instabilidade financeira. Contudo, seu trabalho exige adaptações no nível analítico que dêem conta da nova realidade histórica.

Diante do exposto, acreditamos que as teorias heterodoxas são válidas e superiores às defendidas pelo mainstream, que não reserva espaço para o estudo do desequilíbrio, da especulação e da incerteza, embora o pensamento heterodoxo perca um pouco da atualidade em virtude das complexas e rápidas mudanças que estão ocorrendo na economia mundial.

O paradigma da instabilidade e paradigma da dinâmica contraditória, embora superiores ao da ortodoxia, necessitam de alguma atualiza-

¹⁴ O capitalismo tem provado sua eficiência como sistema, resistindo e se renovando a cada grande crise. É impressionante a agilidade, vitalidade e capacidade de adaptação que esse sistema tem para sair da crise e continuar no caminho do crescimento. A elevada flexibilidade do sistema capitalista faz com que ele encontre sempre uma saída e volte a crescer.

ção para conseguir explicar a dinâmica financeira das atuais economias capitalistas. Diferentemente da afirmação dos economistas do mainstream, o sistema capitalista de mercado necessita de rédeas e amarras para funcionar a contento. O período dos Trinta Anos Gloriosos, que representou e apresentou o período de mais elevada taxa de crescimento no capitalismo, somente foi possível e viabilizado pelas regras e amarras ao mercado realizadas pela intervenção do Estado.

Por conseqüência, nas condições do capitalismo atual, alguns elementos da teoria econômica heterodoxa podem ser mantidos, desde que ampliados e/ou modificados. Essa investigação revela, ainda, a conclusão de que a teoria econômica não é um corpo de análise lógica abstrata, baseado em princípios gerais aplicáveis a todas as épocas e a todos os tipos de sistemas econômicos¹⁵.

"Isto, no entanto, não significa que toda teorização seja inútil e que sejamos obrigados a nos restringir a uma descrição institucional e histórica. Tampouco é legítimo concluir que o nível de generalidade da teoria econômica esteja limitado pelo caráter histórico do objeto de estudo: ele também está limitado pela nossa capacidade imaginativa e pela atualidade de nossa disciplina. Mas seja qual for o nível de generalidade que se alcance, a capacidade das teorias de apreender os fatos salientes deve permanecer sob constante reexame" (Chick, 1993:399).

Em economia, diferentemente do que prega a ortodoxia, nenhuma teoria é definitiva. E novamente citando Victoria Chick (1993:399): *"O aluno pode julgar esse fato inquietante, mas deveria achá-lo encorajador: se ele se tornar um economista, haverá muita coisa que poderá descobrir e fazer. Ele pode não estar em equilíbrio, mas não precisa estar subempregado"*.

Desse modo, concordamos com Plihon (1995:77) de que a mudança sistêmica exige a elaboração de novas concepções de políticas públi-

¹⁵ A visão mais popular da teoria ortodoxa defende a tese de que existe certas regras e resultados econômicos imutáveis e inalteráveis, como as da Física. Na verdade, as instituições econômicas estão em constante processo de mudança. Nesse caso, a interpretação econômica tem de estar sob constante processo de modificação. Caso não ocorra essa adaptação a teoria ficará obsoleta. De tal forma que todo bom economista tem de ter o sentido da história e da mutação histórica. (Galbraith, 1981).

cas. Mas como ele afirma "... como freqüentemente ocorreu no passado - o economista e o tomador de decisões públicas estão hoje atrasados em relação à realidade econômica e financeira".

A crise atual do capitalismo coloca a marcha indiscriminada do liberalismo de mercado em xeque. No período posterior a queda do comunismo comandado pela União Soviética, assistimos ao Estados Unidos da América refazer a economia mundial à sua própria imagem e semelhança. Porém, os bastiões desse novo liberalismo (México e Países Asiáticos, ou seja, os chamados países emergentes) e até, a Rússia e o Japão, estão mostrando as fraquezas e falhas próprias desse sistema.

No momento em que no mundo globalizado, não apenas o capital mas também as idéias viajam a velocidade alucinantes, a crise financeira em certas partes do mundo tem servido, "simplesmente, para sublinhar o fato de que **a teoria sobre os benefícios líquidos da globalização pela via do mercado em bens e capital, tem pouco ou nenhum respaldo teórico. Como ocorre com todas as ideologias, era fé desfilando como ciência**¹⁶" (Bello apud Rossi, 1998:10).

4. BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Christiane G. As origens do Welfare State, *In: Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*. Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, 1990. p.71/116.
- AMADEO, Edward J. A revolução keynesiana e analítica do multiplicador. *In: Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falção Silva (org.). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p.139/162.
- AMADO, Adriana M. O real e o monetário em economia: traços ortodoxos e heterodoxos do pensamento econômico. *In: Moeda e produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falção Silva (org.). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 285/314.

¹⁶ Grifos e negritos nosso.

AMARAL FILHO, Jair & PEREIRA DE MELO, Maria C. Globalização, ou metamorfose do Capitalismo In: *XXV Encontro Nacional de Economia*. Recife: ANPEC, v.2, dez./1997, p. 702/721.

ANDRADE, Joaquim P. de & LOPES, Carlos M. Moeda, crédito e ciclos em Marshall. In: *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falcão Silva (org.), Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 83/ 112.

BARBOSA, Fernando H. A controvérsia monetarista no hemisfério norte. In: *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falcão Silva (org.) , Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p.195/232.

BARBOSA, Eraldo S. Uma exposição introdutória na macroeconomia novo-clássica In: *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falcão Silva (org.) , Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.p.233/284..

BELLUZZO, Luiz G. M. O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados "Globalizados". *Economia & Sociedade*, Campinas, Revista do IE-UNICAMP(4):11-20, jun/1995.

_____. *Dinheiro e a Transfiguração da Riqueza*. minero, campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Valor e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense. 1980.

_____. Disciplinado os disciplinadores In: *Folha de São Paulo*. 28 de dezembro de 1997, caderno dinheiro p.9.

_____. O Professor e os Economistas Chorões. In: *Folha de São Paulo*. 25 de janeiro de 1998, caderno dinheiro p.9.

BELLUZZO, Luiz G. & ALMEIDA J. S. G. Enriquecimento e Produção: Keynes e a dupla natureza do capitalismo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, São Paulo, 1989.

BELLUZZO, Luiz G. M. & COUTINHO, Luciano G. *Estabilização e Finanças "Globalizadas"*. Campinas, mimeo, set./1996.

BRAGA, José C. *A Financerização da Riqueza*. Campinas: IE/UNICAMP (Texto para discussão n. 51) set./1995.

_____. Contemporaneidade de o Capital. In: *Clássicos da Economia* - Séries Fundamentos, Org. CARNEIRO, Ricardo. São Paulo : Ática. 1996.

CAPORELE MADI, Maria A. *Política Monetária no Brasil: Uma Interpretação Pós-Keynesiana*. Campinas, Tese de Doutorado, 1993.

CARVALHO, Fernando J. C. de. Moeda, produção e acumulação: uma perspectiva pós-keynesiana. In: *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Maria Luiza Falcão Silva (org.), Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. p.195/232.

CHESNAIS, Franscois *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã. 1996.

_____. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século, In: *Economia e Sociedade*, Campinas: IE/UNICAMP, no. 5, dez./95, p.1/30.

CARVALHO, Fernando J. C. Moeda, Produção e Acumulação: uma perspectiva pós keynesiana In: SILVA, M. L. F. (Org.) *Moeda e Produção: Teoria Comparadas*. DF, Editora UnB, 1992. p. 171-182.

CHICK, V. *Macroeconomia Após Keynes - um reexame da teoria geral*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1993.

COSTA, Fernando N. da. *Gestão Monetária sob condições de Globalização, Desintermediação e Reflexividade*. Campinas, mimeo, jul./1996,a,

_____. *A Crise Bancária Mundial* Sumário do Survey publicado no the Economist. Campinas, mimeo, 1996,b.

_____. *Por uma Teoria Alternativa da Moeda*. Campinas Tese de livre docência, 1994.

_____. Incerteza, Preferência por liquidez e Instabilidade, *Ensaio de Economia Monetária*. Biental 1992.

- COUTINHO, Luciano G. Notas sobre a natureza da Globalização. *Economia & Sociedade*. Campinas. Revista do IE-UNICAMP (4):21-26, jun./1995.
- DOBB, Mauric. *Introduccion a La Economial*. México: Fundo de Cultura. 1986.
- DOW, S & HILLARD J. *Keynes, Knowledge and Uncertainty*. Edward Elgar, 1995.
- GALBRAITH, John. *Galbraith na UnB*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.
- GANEM, Angela. Demonstra a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível, In: *Revista de Economia Política*, São Paulo: Nobel, v.16, no.2, abr./jun. 1996, p.105/122.
- GONÇALVES, Reinaldo. Globalização Financeira Tem Diversas Interpretações, In: *Carta Internacional*, 1993, p.4.
- GOODHART, Charles E. Dinâmicas Financeiras Privadas e o Desafio às Políticas dos Bancos Centrais. *Economia & Sociedade*. Campinas, Revista do IE-UNICAMP (4):27-52, jun./1995.
- LISBOA, Marcos de B. *A Miséria da Crítica Heterodoxa – Primeira Parte: sobre as críticas*, mimeo, 1998 A,.
- _____. *A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda Parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica*, mimeo, 1998, B.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Difel 1982.
- MARX, K. *Introdução à Crítica da Economia Política*. São Paulo : Abril, 1983.
- MAZZUCHELLI, F. *A Contradição em Processo*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- MINSKY, Hyman. Financiamento e Lucros In: *Cadernos ANGE - Textos didáticos n. 2*. Rio de Janeiro 1992.

- MINSKY, Hyman. Integração Financeira e Política Monetária. In: *Economia & Sociedade*. Campinas: Revista do IE-UNICAMP (3). 21-36. DEZ. 1994.
- PLIHON, Dominique. A Ascensão das Finanças Especulativas. *Economia & Sociedade*. Campinas, Revista do IE-UNICAMP(5):61-78, dez./1995
- PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira, In: *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 7, dez./1996, p. 85/127.
- POSSAS, Mário. *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. São Paulo: Hucitec. 1985.
- KEYNES, John M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do dinheiro*. São Paulo: Atlas, 1982.
- _____. The General Theory and After. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes vol. XXIX* Macmillan/Cambridge.
- RAMOS, J. M. R. *Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1993.
- ROSSI, Clovis. Crise no mundo quebra consenso neoliberal, In: *Folha de São Paulo*, 20 de setembro de 1998, Caderno Dinheiro, p.10.
- SCREPANTI, E. & ZAMAGNI, S. *Panorama de Historia del Pensamento Económico*. Barcelona: Ariel, 1997.
- SKINNER, Quentin, O anjo e a História In: *Folha de São Paulo*, 16 de agosto de 1998. Caderno Mais! p.6.
- VILLARREAL, René. *A Contra-revolução Monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1989.